



Em muitas escolas, o almoço se resumiu a bolachas.

Queriam o que Quéricia prometeu. Veja o que conseguiram.

Ele prometeu seis horas de aula, café da manhã, merenda e almoço. Na maioria das escolas, as crianças receberam bolachinhas e refresco.

Quando viram na televisão o governador Orestes Quéricia dizendo que, a partir do primeiro dia de aula, as crianças do ensino básico iriam ficar na escola durante seis horas, com direito a café da manhã, merenda e almoço, muitos diretores, professores, serventes e até inspetores de alunos já começaram a se inquietar. "Vai sobrar para nós", pensaram. E estavam completamente certos. Sobrou mesmo. Também não têm mais dúvidas de que Quéricia continuará gastando dinheiro com propaganda, proclamando os benefícios que trouxe às crianças carentes e que, mais uma vez, serão eles que continuarão se desdobrando dentro das escolas, tão carentes quanto seus alunos, para não desmentir totalmente as imagens pagas da televisão.

Não deu para fazer o almoço hoje (ontem) — lamentava o diretor da EEPG Barão Souza Queiroz, Alceu Gonçalves. "Não tivemos estrutura para isso. Está certo que recebi café, chocolate, bolachas e macarrão. Mas não tenho merendeira. Improvisei o café e a merenda, que foram preparados por serventes e inspetores de alunos. Os professores ajudaram a servir."

Porém, mesmo que a escola dispusesse de uma boa merendeira, as crianças dali não poderiam se servir do almoço: não há pratos e, na cozinha, existem apenas quatro colheres. "O único jeito que tenho para servir o almoço é pedir para pais dos alunos colaborarem, enviando pratos e colheres. Além de tudo, só tenho macarrão. E isso não é almoço. É só para enganar o estômago das crianças", observou o diretor, mostrando a velha e pequena escola, construída em 1957, e que nunca passou por qualquer tipo de reforma. Há goteiras por todo lado, as colunas estão rachando, as instalações hidráulica e elétrica são precárias.

Comer em pé

Ali também não há mesas nem bancos. "Vou pegar algumas carteiras velhas e dar para as crianças colocarem os pratos. Só que vão ter de comer em pé", dizia o diretor Alceu, muito constrangido com a situação. Na EEPG Barão Souza Queiroz, que fica no bairro da Penha, a merenda da tarde de ontem foi servida por uma professora e uma inspetora de alunos. "Meu serviço é só tomar conta dos alunos na hora do recreio. Agora tenho de servir a merenda sem ganhar um tostão a mais no salário. Se a gente não fizer esse serviço, as crianças vão ficar com fome", reclamava a inspetora, enquanto distribuía canequinhas de alumínio contendo café com leite (uma mistura em pó, dissolvida na água) e cinco bolachinhas para cada aluno.

A professora não estava menos revoltada: "Sou professora há 19 anos, ganho menos de Cz\$ 20 mil e tenho de ajudar a servir a merenda. Enquanto o Quéricia continua indo na televisão para fazer propaganda, a gente trabalha de graça. Já que ele anunciou a jornada de seis horas e as refeições, que desse condições para isso e não sacrificasse os funcionários da escola, que são pagos para exercer outras funções". E a inspetora, diante dos desabafos, não deixou por menos: "E eu, que ganho Cz\$ 5 mil por mês e ainda vou ter de lavar todas as canequinhas?"

Telhas caindo

Na EEPG Dom Miguel Cervantes, que fica no Jardim Penha, bem perto de São Miguel Paulista, a situação é pior ainda:

não há água na cozinha, falta energia elétrica, telhas caem a qualquer ventania mais forte, baldes estão colocados sob as goteiras na diretoria e salas de aula. "Não sou contra a jornada de seis horas", adianta a diretora Fumiyo. "Sou contra a maneira como ela foi implantada. Foi uma surpresa. Não estamos preparados para isso."

Durante o dia, todas as luzes da escola ficam apagadas. "É para não ter sobrecarga de energia e as lâmpadas podem ser acesas à noite. No ano passado, em novembro e dezembro, os alunos da noite assistiam às aulas com velas para não sobrecarregar a rede e ter curto-circuito", explicou Fumiyo. E, para provar suas queixas, mostra um relatório de um engenheiro da Fundação do Desenvolvimento Escolar, que esteve ali em outubro passado.

Diz o relatório: "existência de infiltração de água no quadro geral e rede elétrica, provocando umidade constante e ocorrendo freqüentes queimas de fusíveis e curtos-circuitos". ("Não são pequenos curtos-circuitos, não", observa um professor. "Podem até provocar incêndios.") Continua o relatório: "a oxidação das peças que compõem o quadro geral é alarmante".

Tivemos também de interditar o pátio porque as telhas caem com o vento. E imagine uma telha atingindo um aluno! — assustava-se a diretora. Fumiyo também não sabe o que fazer com a merenda e o almoço: "Aqui os funcionários têm de ser mágicos. Tomam conta das crianças, fazem a limpeza e preparam a merenda".

Goteiras

Ontem, na EEPG Dom Miguel Cervantes também não houve almoço. Não houve aula. "Só depois que o engenheiro fizer nova vistoria é que poderei receber os alunos. Ainda assim, somente por três horas e precariamente", lamenta Fumiyo. A des-

pensa da escola está cheia de goteiras, colocando em risco o café, as bolachas e o macarrão estocados. Não há mesas, cadeiras nem talheres. "O pátio fica todo molhado quando chove. No inverno, não se agüenta o frio: Como é que uma criança pode comer nesse lugar? Alguém talvez alegue que os alunos podem comer nas salas de aula. Mas quem vai servir? Não há funcionário para isso", advertem algumas professoras.



Queda de telhas ameaçando crianças.

E elas acrescentam: "Não é por esse caminho que o governador vai melhorar o ensino. Ele tem de aumentar o salário do professor. Do jeito que está, o coitado do aluno, em vez de ficar três horas com um professor descontente, vai ficar seis".

E os pais o que acham? "Pago todos os impostos para o meu filho ter uma escola digna. Os professores daqui são bons, a diretora faz o que pode, mas o prédio está completamente abandonado", reclama dona Diva Tozzi Mazzarolo, mãe de três alunos daquela escola.

Da torneira da pequena cozinha, que abriga um fogão de apenas duas bocas, insuficiente para cozinhar o macarrão das 1.600 crianças, não sai água. "Onde vamos lavar as panelas e os pratos? Só se a gente

pegar a água das goteiras", ironiza uma servente. Outra funcionária da escola conclui: "E só tem macarrão para os coitados. Até quando uma criança vai agüentar comer macarrão puro, sem mais nada?"

Insatisfação

Decretar não é sinônimo de implantar. No primeiro dia de aula, ontem, muitos alunos ficaram sem almoço e sem aulas de educação física e artística. E inúmeras escolas estaduais (são 5.756 em todo o Estado) foram obrigadas a continuar com o regime de carga horária do ano passado. Pudera — da assinatura do decreto até sua "implantação" passaram-se apenas 20 dias. "Impossível mudar uma conduta em tão pouco tempo e sem recursos suficientes. Assinar um decreto é fácil, basta uma caneta com tinta. Ser eficiente e consequente é outra coisa, exige estudo, trabalho", reclama uma professora com mais de 20 anos de magistério, totalmente insatisfeita com o decreto.

Para começar, ela, com esse novo procedimento, perderá cerca de 10% de seu salário, já bastante baixo. Esta professora (como todas as outras que lecionam em período integral) passará a dar uma jornada única de trabalho, das 7 às 13 horas, e com isso deixará de receber os cerca de Cz\$ 2 mil de carga suplementar. "É verdade que irei trabalhar duas horas a menos, mas para quem já ganha pouco, cerca de Cz\$ 20 mil, o dinheiro extra faz falta", diz, opinando que o governo deveria, "isto sim", aumentar primeiro o salário dos professores. Para aqueles professores, porém, que tinham jornada de trabalho parcial, o decreto veio facilitar um pouco a vida. Devem receber o dobro do salário. Nem por isto, contudo, saem em defesa do decreto. O salário aumentou na mesma proporção das caras feias e desconfiadas de alunos e pais.

O segundo motivo da insatisfação da

professora de 20 anos de magistério pode ser estendido a todos os demais professores. "O governador anunciou a novidade pela televisão, para todo mundo — inclusive para nós." Ou seja, ontem os pais e alunos estavam, na maioria, certos de que as merendas e almoços seriam servidos. Foi preciso muita explicação, algumas reuniões com pais e pedidos "para trazerem talheres". O ideal, na verdade, seria pedir também aos pais carteiras novas, salas de aula, cozinhas mais equipadas, panelas, pratos, funcionários, merendeiras... Isto, claro, é impossível. Mas, segundo algumas professoras e diretoras, seria o caminho mais fácil para ser cumprido o decreto. O governo estadual não costuma atender aos pedidos e reclamações das escolas com rapidez. "Não sei como vai ser agora, com esse decreto", afirma uma diretora.

Merenda Frugal

Lúcia, uma menina de sete anos, veio certa de que ontem teria almoço na escola. Sua mãe lhe havia contado. Mas no lugar de frugal macarrão (o cardápio oficial), foi servido café com leite e bolacha, a frugalíssima merenda. Uma funcionária da EEPG Toledo Barbosa pede desculpa por não fazer o almoço para as 250 crianças do primeiro e segundo anos, "mas não tínhamos como fizesse. E, mesmo se tivéssemos, precisaríamos de mesas, talheres, pratos", diz. A situação é parecida com outras escolas.

A EEPG Pio Teles Peixoto, do bairro de Vila Jaguara, também deixou de dar almoço. Antes disso, precisaria pelo menos trocar o seu fogão de duas bocas, pequeno demais. E talvez aumentar a cozinha, não mais do que 12 metros quadrados, para abastecer 812 bocas infantis. E também, claro, seria necessária a aquisição de alguns instrumentos básicos. A escola só possui quatro garfos, duas facas, quatro pratos rasos, dois fundos. Colheres existem em quantidade, mas de plástico. É evidente que seria preciso também resolver o problema da água para, pelo menos, ser utilizada na preparação da comida. A caixa de água perde 22 mil litros em quatro horas, a escola sempre está com falta do precioso líquido e a Secretaria de Educação preferiu ignorar o drama. "Hoje servimos café com leite e bolachas duas vezes, mas as crianças não agüentam", afirma uma professora.

Exatamente por este motivo algumas escolas preferiram dispensar os alunos mais cedo. Na EEPG Ari Barroso foi assim ontem. Os 1.200 alunos continuaram estudando dentro do regime do ano passado, de três horas e meia. "Mas acho que ainda esta semana já estará tudo normalizado, com almoço e as aulas de educação física e artística", afirma, com otimismo, a diretora da escola.

O problema do aumento da carga horária das escolas estaduais não se resume, aliás, à alimentação. A pergunta é: como preencher o estômago e o tempo dos alunos? Pelo decreto estão previstas aulas de educação física e artística. As diretoras das escolas aguardam com ansiedade — além dos talheres, serventes, mesas etc — a aprovação dos planos de currículo básico. "Só depois de homologado o plano é que os professores poderão trabalhar. Por enquanto não temos orientação sobre o plano", diz uma diretora. Por ora, os professores terão que se desdobrar e inventar alguma atividade aos alunos. "Até aqui, o aumento da carga horária sem planejamento tem sido um tormento", afirma outra diretora.

Apeoesp contesta balanço de Chopin

A realidade vivida ontem por diversos professores, durante o primeiro dia de implantação da jornada única nas escolas estaduais de primeiro grau, definitivamente não é a mesma anunciada pela Secretaria da Educação. Enquanto a Associação dos Professores do Ensino Oficial no Estado de São Paulo (Apeoesp) reclamava uma melhor estrutura para a execução do novo sistema, a secretaria afirmava que 96% das escolas em todo o Estado conseguiram implantar a jornada única, que mantém o aluno durante seis horas em sua sala de ensino.

As reclamações quanto à falta de merenda, salas de aula e de professores parecem não ter afetado o secretário estadual da Educação, Chopin Tavares de Lima. Para ele, tudo correu muito bem. Quando relatava a ele as inúmeras críticas e casos comprovados em que "a solução para a educação" do governo Quéricia não tinha apresentado resultados positivos, ele simplesmente respondia: "Devemos ter tido problemas em 6 ou 7% de nossa rede de ensino. Vocês, da imprensa, preferem pegar sempre o lado negativo. Dentro de, no máximo, uns 60 dias tudo estará resolvido". Mas a Apeoesp contesta a afirmação do secretário.

O programa apresentou várias falhas, pois foi feito a toque de caixa, por causa de interesses políticos — afirma Antônio João Tozzi, diretor da Apeoesp. "Nós até achamos um avanço esse programa pre-

ver que o aluno fique mais tempo na escola. Entretanto, não houve qualquer preparação da estrutura, não há supervisão ou orientação pedagógica para que os professores possam receber os alunos por seis horas. O número de salas de aula é insuficiente, como também o de professores. Isso sem falar na merenda escolar que faltou em muitas escolas. Na Delegacia de Ensino à qual minha escola pertence, muitas unidades serviram como merenda algumas bolachas e suco artificial."

Culpa federal

O secretário Chopin Tavares reconheceu que algumas escolas apresentaram uma merenda deficiente e culpou o governo federal por isso. "Nós pedimos dinheiro e eles mandam bolachinhas. Comida artificial para nossas crianças." Quanto à falta de classes, o secretário afirmou que essa é uma realidade do sistema educacional de São Paulo.

Faz muito tempo que não se constroem salas de aula em São Paulo como se devia. Temos um déficit muito grande, que tentaremos diminuir em breve. Precisamos de 20 bilhões de cruzados apenas para realizar obras este ano e o governador já nos prometeu essa verba. Então, poderemos apresentar muito melhores resultados — disse o secretário.

Apesar de todas as críticas, Chopin Tavares não perdeu o otimismo e anunciou que "custe o que custar, com ou sem colher-

zinhas para a merenda escolar, o programa da jornada única de seis horas será um sucesso". Para isso, ele mostrou os números levantados por sua assessoria junto às Delegacias de Ensino de todo o Estado.

No Interior, de 3.078 escolas existentes, o programa foi implantado em 2.895; 162 não conseguiram viabilizá-lo e 12 o fizeram parcialmente. Na Grande São Paulo, das 1.129 escolas, 798 desenvolveram ontem a jornada única de maneira integral, enquanto 123 escolas o fizeram de forma parcial e 208 não conseguiram. Na Capital, das 849 escolas, 715 implantaram o sistema, 61 o fizeram de forma parcial e 73 escolas não conseguiram. A região mais problemática na cidade foi a periferia da zona Sul — nos bairros de Capela do Socorro, Santo Amaro e Campo Limpo —, onde quase 40 escolas deixaram de funcionar. Na maioria dos casos devido à falta de professores e classes.

Isso tem que dar certo, apesar dos pessimistas dizerem o contrário. Chega do Brasil ser um país analfabeto e subnutrido. O programa é caro, mas é preciso investir. Ele vai dar certo custe o que custar. Vocês vão ver, o futuro vai mostrar. Os professores estão reclamando de que vão ganhar menos, mas participar da jornada única, dando seis horas de aula por dia, é optativo. Quem não quiser que fique dando aula em duas escolas. Creio que no futuro, no novo orçamento, o governador destine um pouco mais para esses professores — concluiu Chopin Tavares de Lima.